

O bicentenário do Congresso do Panamá e a unidade latino-americana



Pavel Éguez, La Patria Naciendo de la Ternura [A Pátria Nascida da Ternura], Caracas, Venezuela, 2006.

Estimados amigos e amigas:

Saudações do nosso escritório Nuestra América do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Neste mês de junho celebramos o bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, marco inicial do projeto de unidade e integração da América Latina, que buscava não apenas reafirmar a independência conquistada na guerra contra o império espanhol, mas também avançar em um projeto de profunda transformação social capaz de superar heranças nefastas, como a escravidão, e contribuir para a construção de um equilíbrio universal, no qual as relações entre as nações se estabelecessem sem que o interesse de uma se impusesse sobre as demais. Para refletir sobre a importância desse marco histórico para as lutas do presente, convidamos a mexicana Georgette Kuri — país onde o Congresso realizou sua última sessão — a compartilhar suas reflexões conosco.

Há 200 anos ocorreu o Congresso Anfictiônico do Panamá convocado por Simón Bolívar. Trata-se do primeiro grande sonho de Nuestra América e de um ponto de partida de uma tarefa histórica que permanece tão necessária ainda hoje: concretizar a unidade latino-americana. O peso dos Estados Unidos, a ambivalência do México e a permanente mira neocolonial e imperialista voltada para os territórios latino-americanos continuam dificultando o caminho de nossa emancipação. Ainda assim, nossa capacidade revolucionária de ação e a compreensão dos obstáculos históricos que sempre nos acompanharam são as luzes que devem orientar nossos passos.



Alfredo Sinclair (Panamá), Mulher com cesta de peixes/[Mulher com cesta de peixes], (local desconhecido).

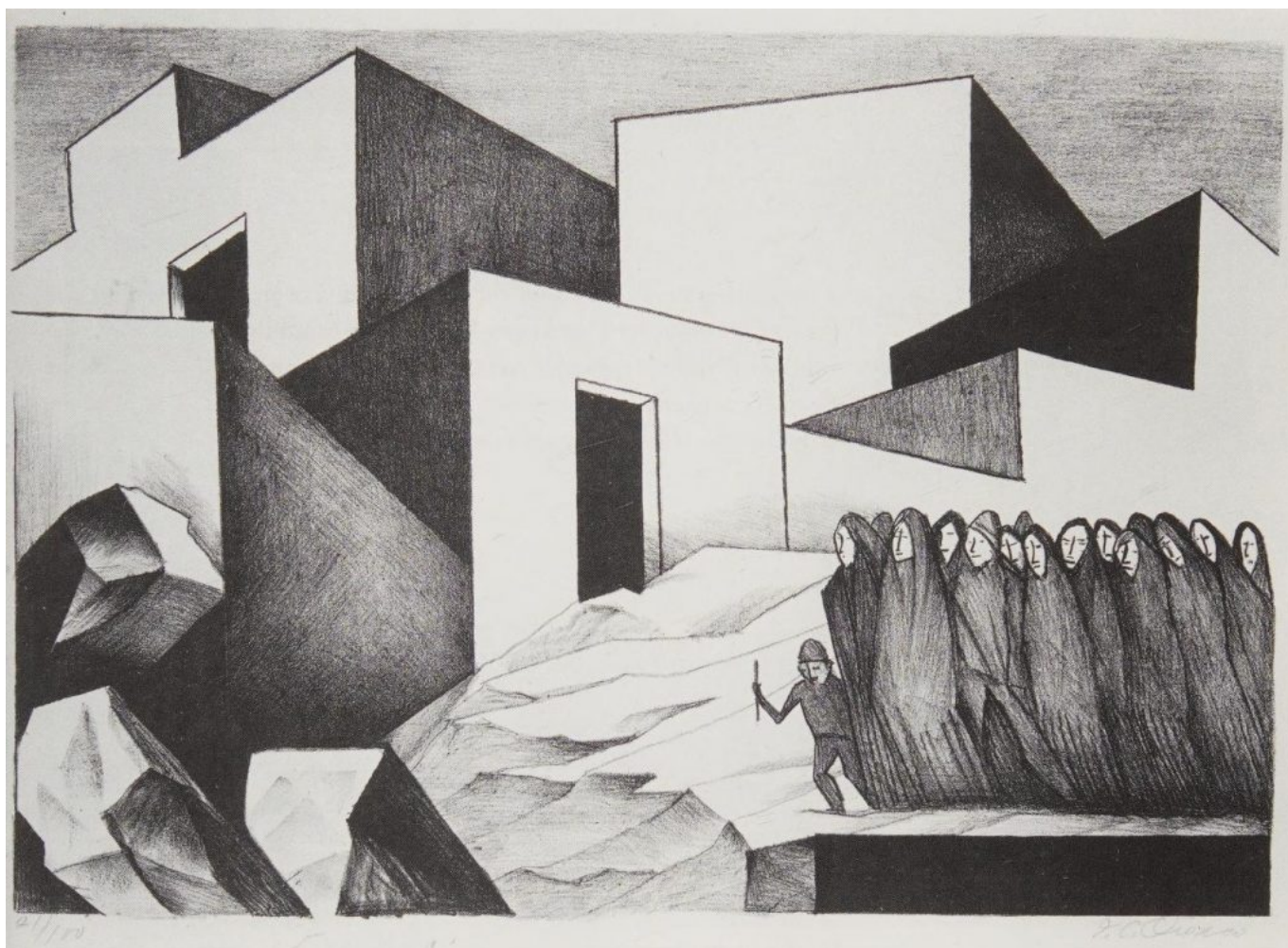
Ponto de partida: o Congresso Anfictiônico

Diversos fatores contribuíram para que a Doutrina Anfictiônica e o projeto bolivariano de unidade latino-americana não prosperassem: a influência externa do Reino Unido e dos Estados Unidos; a diversidade de posições entre os países hispano-americanos; a falta de ratificação dos acordos pelos governos; a disputa territorial entre Brasil e as Províncias Unidas pela Banda Oriental; a invasão do Peru à Bolívia; a abstenção do Chile; a fragilidade da recém-criada República Federal da América Central; e a insistência do México em sediar a Assembleia e definir seu caráter como transitório.

Entretanto, é importante reconhecer que a transferência da sede para a Assembleia de Tacubaya, na Cidade do México, culminou em sua dissolução em 1828. O apoio mexicano voltou-se principalmente para a Liga Americana, centrada na defesa militar conjunta diante de possíveis tentativas europeias de reconquista. Essa posição refletia a preocupação do México em evitar uma eventual concentração de poder em outros territórios hispano-americanos que pudesse ameaçar a integridade das jovens nações. Esse papel de mediador para conter hegemonias no continente acabou criando precedentes para a posterior anexação de territórios mexicanos pelos Estados Unidos, tanto pelo isolamento em que esse processo ocorreu quanto pelo tipo de relação estabelecida entre os dois países.

Por sua vez, os Estados Unidos aproveitaram as sessões do Congresso Anfictiônico para ampliar suas relações comerciais com os países hispano-americanos, revelando seu caráter essencialmente expansionista e passando das relações bilaterais à disputa pelo próprio projeto de unidade continental. Aliaram-se ao Reino Unido e buscaram acordos com o Brasil, explorando inclusive o distanciamento e as rivalidades existentes entre alguns países hispano-americanos e o Brasil império, colocando em prática a antiga — e ainda atual — máxima de “dividir para conquistar”.

Além disso, a proclamação da Doutrina Monroe, em 1823, inaugurou formalmente a política intervencionista dos Estados Unidos em nosso continente. Desde então, o país utilizou seus corpos diplomáticos como instrumentos de ingerência para promover o endividamento externo e a dependência financeira das nações latino-americanas, além de recorrer repetidamente a invasões, bloqueios, ocupações e anexações territoriais ao longo de todo o século XIX.



José Clemente Orozco (México), Pueblo mexicano, [Povo mexicano], 1929.

Horizonte revolucionário e a convicção latino-americana

Diante do papel desempenhado pelo México na Anfictionia de 1826, cabe também recordar outros acontecimentos da história para equilibrar a balança. Consolidada a independência, o México se posicionou como vanguarda insurgente contra os regimes oligárquicos instalados em nossos países, por meio da irrupção das massas populares camponesas e operárias que protagonizaram a primeira grande revolução de nosso tempo.

A Revolução Mexicana estabeleceu a reforma agrária e os direitos das classes trabalhadoras como as principais reivindicações sociais, cujo eco ressoou nos movimentos sufragistas de mulheres em todo o continente, nos Movimentos de Libertação Nacional da América Central, nas reflexões de José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre, no Peru, na Primavera Guatemalteca, na Revolução Cubana, nas múltiplas e diversas organizações guerrilheiras — inclusive nos Partidos Comunistas —, na Revolução Sandinista, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional e na Revolução Bolivariana, que coroou o rebelde e longo século XX latino-americano.

Nesse período efervescente, o México teve a oportunidade de tornar-se exemplo de profundas transformações sociais e estatais: educação socialista, movimentos culturais de alcance regional, como o muralismo, assembleia

constituente, expropriação do petróleo e outros paradigmas de diplomacia, solidariedade e soberania. Também demonstrou a convicção política de manter uma estreita relação com a Cuba socialista e de acolher grandes contingentes do exílio latino-americano produzidos pelas ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980. Ainda hoje, continua recebendo vítimas de perseguição política e acolhendo, de forma solidária, aqueles que o escolhem como lugar para viver.

Com a implantação do neoliberalismo no México, no final da década de 1980, iniciou-se um processo de descontinuidade — ou, em determinados momentos, de distanciamento — de seus esforços em favor da unidade latino-americana, que inevitavelmente se diversificaram e passaram a se expressar em múltiplas dimensões. Ainda assim, na década de 1990, o México atuou como mediador nos diferentes processos de paz da América Central, bem como na resolução de conflitos internos na Colômbia e na Venezuela já no presente século. Esse breve percurso ajuda a compreender a complexa ambivalência que o México tem mantido em sua relação com Nuestra América, marcada também pela vizinhança com os Estados Unidos, por sua dependência econômica, pelos quarenta milhões de pessoas de origem mexicana que vivem naquele país e por sua localização geográfica na porção norte do continente.

Por tudo isso, adquire hoje um significado especial reivindicar, a partir do México, os ideais de unidade e integração legados pela doutrina anfitriônica e impulsionados neste século XXI pela geopolítica bolivariana da Venezuela revolucionária.



Arte urbana de Eva Bracamontes (México). Mais informações: **Utopix**.

Romper para sempre as correntes imperialistas e neocoloniais

É importante recordar a hipótese de que a Anfictionia se dissolveu porque as tentativas de reconquista deixaram de representar uma ameaça comum. Embora essa ideia tenha sido, em geral, descartada, vale retomá-la porque remete à sensação de *estar fora de perigo*, recorrente na história latino-americana e da qual ainda não aprendemos plenamente a lição. Em primeiro lugar, porque as ameaças de conquista neocolonial e imperialista jamais desapareceram. Em segundo, porque é justamente quando os tempos parecem favoráveis que devemos aproveitar para avançar com firmeza.

O século XXI tem sido palco de avanços progressistas na América Latina e no Caribe, impulsionados por nossas sociedades por meio de governos populares. Retomamos a unidade latino-americana como horizonte, sendo a geopolítica bolivariana — inspirada também pelo internacionalismo solidário de Cuba — o projeto que mais se aproximou de tornar esse sonho realidade. Hoje, assim como ontem, o imperialismo estadunidense continua sendo o principal opositor, disposto a cometer qualquer atrocidade para impedir esse processo, e estamos testemunhando isso.

O ano de 2026 começou com uma verdadeira declaração de guerra dos Estados Unidos contra nossos povos latino-americanos, tendo na linha de frente as repúblicas irmãs de Cuba e Venezuela, por representarem as experiências mais radicais e mais bem-sucedidas no caminho de nossa libertação. A ameaça imperialista e neocolonial está mais ativa do que nunca, e ninguém está a salvo. De fato, são poucos os governos progressistas que resistem à ofensiva imperial ao lado de seus povos, sobretudo daqueles mais oprimidos pelas direitas ultraliberais e autoritárias.

Convém recordar que parte do jugo colonial consiste em um continente fragmentado em repúblicas, mais vinculadas às metrópoles ocidentais do que entre si, apesar de compartilharem uma mesma história, identidade e cultura. Também será necessário romper com as hierarquias territoriais herdadas dos impérios, vice-reinados e capitânias, assim como com as rivalidades e desconfianças próprias da modernidade ocidental, tão úteis à sua geopolítica de guerra.

É preciso defender a geopolítica da paz e o equilíbrio do universo que Bolívar nos propôs como alternativa para a vida. Na árdua tarefa de concretizar a unidade latino-americana, é necessário romper para sempre as correntes imperialistas e neocoloniais. E, sobretudo, assumir o compromisso de que é justamente nos momentos de maior ameaça que devemos cerrar fileiras e radicalizar nossas posições.

Saudações cordiais,

Georgette Kuri

Tacubaya-Mixcoac, Cidade do México



Georgette Kuri

Georgette Kuri é mexicana, professora e pesquisadora da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e integrante da Rede de Intelectuais, Artistas e Movimentos Sociais em Defesa da Humanidade. É também co-coordenadora do Grupo de Trabalho "Imperialismo, neocolonialismo e políticas de intervenção" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

